

Reformar Poder Judiciário - Reforma

Advogados querem Constituinte e reforma judiciária

por Francisca Stella Fagó
 de São Paulo

Cerca de mil advogados encerraram ontem dois dias de debates sobre seu papel como profissionais e como cidadãos com a certeza de que precisam persistir na luta pela recuperação da legitimidade institucional do País, a começar de defesa da eleições diretas para a escolha do próximo presidente da República, da instalação de uma assembléia nacional constituinte e da revogação da legislação excepcional ainda em vigor.

Outro ponto de consenso no encerramento do II Encontro dos Advogados do Estado de São Paulo, promovido pela seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é a idéia de que os advogados precisam valer-se de novos instrumentos para enfrentar os problemas do Judiciário, especialmente a sua falta de aparelhamento e a morosidade da Justiça.

A OAB, observou o presi-



Mário Sérgio Duarte
 Garcia

dente do Conselho Federal da entidade, Mário Sérgio Duarte Garcia, está impedida por seus estatutos de envolver-se em política partidária. Não cabe à corporação sequer avaliar os dois candidatos à sucessão presidencial. Mas, acrescentou, tem importante papel político a desempenhar na luta pela efetiva democratização do País. Será este, aliás, o tema central da

próxima Conferência Nacional da OAB, que se iniciará em Recife no final deste mês.

Os advogados discutiram muito, sem chegarem a um consenso, a possibilidade de reativação do sindicato da categoria. A reativação, segundo Márcio Thomaz Bastos, presidente da seccional paulista da OAB, é indispensável para a representatividade dos advogados empregados. A OAB, como entidade de classe, representa igualmente empregados, empregadores e profissionais liberais. Mas há advogados que sustentam a absoluta inviabilidade da criação de um sindicato, em virtude exatamente das diferenças de situação entre profissionais.

Na abertura do encontro, o advogado José Eduardo Loureiro, vice-presidente da seccional paulista da OAB, observou que a grande maioria dos advogados em exercício é hoje constituída de empregados do Estado ou das grandes corporações privadas.